



## A Objetividade no Jornalismo: Utopia ou Realidade?<sup>1</sup>

Flávio Vinícius Soares de Souza<sup>2</sup>

Geimison Maia dos Santos<sup>3</sup>

Alessandra Marques Cavalcante da Fontoura<sup>4</sup>

Universidade Federal do Ceará - Fortaleza, Ceará

### Resumo

A partir da análise do Código de Ética e da Carta de Princípios da Empresa Jornalística O Povo, o artigo pretende observar como os jornais justificam vários dos seus procedimentos com a teoria do espelho. Considerando o jornalismo um discurso linguístico, refletimos se a objetividade é algo possível de ser alcançada na atuação jornalística contemporânea, tendo em vista que muitas vezes confunde-se parcialidade e justeza de pensamento com tratamento superficial dos acontecimentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** ética jornalística; objetividade; gatekeeper; teoria do espelho

### O jornalismo como reflexo da sociedade

Com base na ideia de que o jornalismo é o reflexo do que acontece na sociedade, e os jornalistas, mediadores desinteressados dos fatos, a teoria do espelho determina que a produção jornalística deve ser isenta e objetiva (PENA, 2005). De acordo com essa teoria, a separação entre fatos e opiniões deve ser clara, e não há como misturar um relato isento e equilibrado com um discurso subjetivo e no qual está presente a opinião do repórter.

Se o jornalismo tem a capacidade de ser imparcial, então a parcialidade pode ser considerada como um vício ou um jornalismo mal feito. Os jornalistas devem

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFC, email: [vinicius\\_fvss@hotmail.com](mailto:vinicius_fvss@hotmail.com)

<sup>3</sup> Estudante de Graduação 5º. semestre do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFC, email: [geimison\\_maia@hotmail.com](mailto:geimison_maia@hotmail.com)

<sup>4</sup> Orientadora. Professora do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará, e-mail: [alemarques76@gmail.com](mailto:alemarques76@gmail.com)



concentrar-se na expressão dos fatos, distanciando-se de qualquer tentativa de apresentarem as suas opiniões pessoais. As palavras dos jornalistas devem refletir a realidade, de maneira que o seu relato não seja a transmissão de um acontecimento percebido a partir de um ponto de vista pessoal, mas antes uma manifestação neutra dos fatos ocorridos.

Na teoria do espelho, a objetividade, portanto, é tomada como o principal “bem” a ser alcançado pelo jornalista. Somente sendo objetivo é que o repórter vai conseguir refletir o real e transmitir à sociedade um relato fidedigno daquilo que, com efeito, aconteceu.

Embora a teoria do espelho tenha pressupostos que são amplamente contestados no meio acadêmico, ainda hoje a comunidade jornalística utiliza as ideias expostas nesta teoria para tratar sobre o jornalismo. Como exemplo, citamos o caso do Código de Ética da Empresa Jornalística O Povo<sup>5</sup> (1989):

Quem faz e quem comercializa jornal precisa estar convencido de que buscar a satisfação do leitor é uma atitude de proteção ao próprio negócio, sem deixar de compreender que, *como um produto que reflete a própria sociedade* [grifo nosso], o jornal também pode vir a desagradar a pequenos e a grandes grupos de leitores, no cumprimento do seu papel de informar e opinar. (Código de Ética da Empresa Jornalística O POVO, 1989)

Dessa maneira, o jornal O Povo afirma claramente que o jornalismo é um reflexo da sociedade e, desse modo, se o jornalismo praticado no O Povo desagrada a determinados setores sociais isso não ocorre devido a certas tomadas de decisão da empresa em si: a realidade é que está sendo mostrada. Com tal afirmação, o jornal passa a ideia de que as suas publicações não emitem opinião alguma, mas são, antes de mais nada, uma imagem do real em si. O jornal O Povo, assim, isenta-se da sua responsabilidade enquanto empresa que serve a determinados interesses e que pode estar emitindo, mesmo que subliminarmente, opiniões a respeito de determinados assuntos e que tais opiniões podem não condizer com as opiniões presentes na sociedade.

Na Carta de Princípios do O Povo (1989), o jornal afirma que “Todo cidadão tem direito a um tratamento leal e imparcial, independentemente da posição do O Povo

---

<sup>5</sup> O Jornal O Povo foi fundado em 1928. É o mais antigo jornal do Ceará, se levado em conta o critério de que nunca deixou de ser veiculado. Em 2009, O Povo completou 81 anos e tem um grande impacto na opinião pública fortalezense.



em relação a ele”. Como vemos, o jornal passa a ideia de que a imparcialidade é possível e que se trata, além disso, de um direito de todo cidadão. É notória a proximidade entre esse pensamento e o pensamento existente na teoria do espelho: ambos declaram que na medida em que é possível ser imparcial o fato de não sê-lo trata-se de um desrespeito aos direitos do leitor do jornal.

A Carta de Princípios do O Povo também traz a seguinte declaração: “Em toda função jornalística a preocupação ética há de ser dominante. Ela é o centro aglutinador dos demais conceitos afins – Justiça, Imparcialidade e Lealdade”. Essa afirmação só serve para reforçar a ideia de que não se pode separar o jornalismo ético e bem feito do jornalismo imparcial. A parcialidade, portanto, é tomada como uma característica inerente ao mau jornalismo ou ao jornalismo sem ética.

Naturalmente, essa maneira de se enxergar o jornalismo não está presente apenas no jornal O Povo. Diversos manuais de jornalismo de todo o país defendem o conceito de que o jornalista deve ser um profissional objetivo e que não deve deixar transparecer as suas ideias no texto, e que, dessa forma, o jornalista estará expressando não a sua própria opinião ou a do veículo para o qual trabalha, mas antes estará refletindo a realidade em si. As empresas jornalísticas continuam a pregar o pensamento de que o jornalismo pode ser imparcial e que qualquer jornalismo que não seja objetivo trata-se, na verdade, de uma imprensa menor ou uma imprensa marrom.

Assim, é fato que ainda muitos jornais se utilizam do pensamento presente na teoria do espelho, talvez até inconscientemente, para justificar determinados procedimentos adotados no jornalismo. Como pretendemos observar, entretanto, na prática, o jornalismo não é imparcial, mas antes necessariamente subjetivo e carregado de opinião, inclusive nos segmentos do jornal dedicados à expressão do jornalismo informativo, e isso não deve ser encarado como um defeito do jornalismo ou algo que lhe tire a veracidade.

É acontecimento notavelmente curioso que, mesmo depois de tantas décadas do surgimento da teoria do espelho e da defasagem temporal existente entre os pressupostos a partir dos quais essa teoria é pensada e o ideário contemporâneo, ainda perdure no jornalismo a tentativa explícita de colocar o jornalista como profissional apto a produzir relatos que reflitam a sociedade de forma absolutamente imparcial. Por isso, consideramos válida a busca por demonstrar que o jornalismo é uma produção necessariamente parcial e subjetiva, e que a objetividade, além de impossível, pode ser, inclusive, indesejada. E afirmo que pode ser indesejada porque, como veremos mais



adiante, essa pretensa objetividade pode causar prejuízos no aprofundamento das questões tratadas pelo jornalismo.

### **A utilidade de ser objetivo**

O jornalismo nem sempre teve a necessidade de ser objetivo. A ideia da objetividade como necessária para a produção jornalística surgiu em um determinado momento histórico (BARROS FILHO & BARTOLOZZI, 1995). Desse modo, é possível compreender que o jornalismo não está necessariamente atrelado à ideia de objetividade senão devido a uma institucionalização realizada socialmente.

A maior tendência entre os estudiosos parece ser a de considerar que a objetividade jornalística, tal como a entendemos hoje, surgiu no último quarto do século XIX, a partir do positivismo (BARROS FILHO & BARTOLOZZI, 1995). De acordo com tal pensamento, o positivismo teria sido o responsável pela diferenciação entre fato e opinião. Por opinião dever-se-ia entender a manifestação intelectual subjetiva, sujeita a distorções ideológicas, e o fato seria o acontecimento em si, sendo a sua narração o reflexo do que aconteceu, de forma objetiva, imparcial e isenta.

Entretanto, na verdade, o conceito da objetividade no jornalismo surgiu antes mesmo da ascensão das ideias positivistas. A objetividade apareceu quando alguns jornais sentiram a necessidade de diferenciar-se do jornalismo dito sensacionalista ou *fait divers* (BARROS FILHO & BARTOLOZZI, 1995). Desse modo, a objetividade jornalística pode ser entendida como um discurso que busca passar a noção de um jornalismo fundado na verdade, em contraposição a um jornalismo subjetivo e tendencioso, baseado, sobretudo, na busca pela polêmica e pelas vendas a qualquer custo.

A objetividade, entendida como inexistência de juízo de valor frente aos acontecimentos e narração dos fatos como reflexo do real, passou a ser requisito básico para a expressão do “bom” jornalismo, e os jornais viram-se na obrigação de oferecer ao público uma série de demonstrações de que eram, com efeito, objetivos. Tuchman (1972) afirma que os jornalistas utilizam alguns artifícios para se mostrarem objetivos. Dentre tais artifícios estão a apresentação das possibilidades de conflito dentro do texto, ou o que chamamos de olhar o outro lado da questão; a busca por provas auxiliares que confirmem o que o jornalista está afirmando, como citações de pessoas entrevistadas; a



utilização das aspas para destacar a fala de outras pessoas no texto; e a estruturação da informação numa seqüência apropriada, tal como o lide.

Contudo, Tuchman (1972) põe em dúvida o fato de que tais procedimentos estariam realmente fazendo com que o jornalismo seja imparcial e não apresente a opinião do jornalista. A apresentação das possibilidades de conflito estaria sempre beneficiando determinados setores da sociedade ou pontos de vista específicos de cada situação, em detrimento de outros menos proeminentes na sociedade. A busca por provas auxiliares e a utilização das aspas podem ser vistas como uma maneira de o jornalista inserir a sua própria opinião dentro do texto, mas de uma forma que possa parecer que o repórter permanece distante do julgamento daquilo que ocorreu, apenas como um mediador desinteressado que reflete a realidade. Com efeito, o jornalista pode estar apenas buscando opiniões que confirmem as suas próprias pré-noções.

A opinião de alguém inserida na notícia, entre aspas, é uma forma de tentar deixar os fatos falarem por eles mesmos, no intuito de passar a ideia de que os jornalistas estão isentando-se de emitir opinião. Contudo, o que ocorre é que quando o jornalista consegue acrescentar mais nomes e citações ao texto ele “pode tirar suas opiniões da notícia conseguindo que outros digam o que ele próprio pensa”. (TUCHMAN, 1972, p. 82). O uso das aspas serve para fazer desaparecer a figura do repórter, ao menos aparentemente, porque, na prática, a opinião dele é a que está sendo expressa, mesmo que através da voz de outros.

Nesse ponto há que se observar que, em nome da objetividade, os jornais passaram a centralizar a sua atenção nos fatos, procurando mostrar que estes falam por si mesmos. Com isso, análises mais aprofundadas dos acontecimentos passaram a ser classificadas como tendenciosas, e chega-se até a afirmar que qualquer tentativa de explicar os acontecimentos pode ser tomada como um insulto à inteligência do público do jornal. Entretanto, entendemos que a complexidade dos acontecimentos não pode ser compreendida à luz de explanações pouco aprofundadas por medo de se tornarem opinativas, pois

A complexidade e diversidade da vida contemporânea, as rápidas transformações trazidas pela tecnologia e as mudanças dos valores culturais exigem explicação se o público tiver que ser adequadamente informado para poder participar, de corpo inteiro, da vida da comunidade e do país. (AMARAL, 1996, p. 79)



A ideia de que os fatos falam por eles mesmos e que, por isso, tentar explicá-los seria perder a objetividade, fez com que a tentativa de ser neutro acabasse por originar certa superficialidade no tratamento das notícias. Muitas vezes, o público dos jornais não consegue informar-se efetivamente, porque não há no tratamento jornalístico dado ao fato qualquer contextualização ou explicação dos motivos que levaram àquele acontecimento. Na ânsia pela objetividade, os jornais deixam em segundo plano o dever de informar.

Outra maneira de o jornalismo tentar mostrar-se objetivo é a utilização do lide, uma característica intrínseca ao jornalismo informativo e que geralmente não é verificada nos textos de opinião. A escolha por essa forma de estruturar o texto informativo quer pretender que o acontecimento “mais material”, capaz de responder às seis perguntas básicas (o quê, quando, onde, por quê, como, quem), é aquele que será apresentado em primeiro lugar na notícia. Entretanto, freqüentemente jornais diferentes estão apresentando lides também diferentes, mesmo tratando de um mesmo tema, o que significa que a escolha pelo que deve vir em primeiro lugar na notícia só pode tratar-se de uma seleção subjetiva por parte do jornalista.

Tuchman (1972) chega à seguinte conclusão quanto aos procedimentos adotados pelos jornalistas para se mostrarem objetivos:

De facto, tem sido sugerido que esses procedimentos 1) constituem um convite à percepção seletiva, 2) insistem erradamente na ideia de que os “fatos falam por si”, 3) são um instrumento de descrédito e um meio do jornalista fazer passar a sua opinião, 4) são limitados pela política editorial de uma determinada organização jornalística, e 5) iludem o leitor ao sugerir que a “análise” é convincente, ponderada ou definitiva. Em suma, existe uma clara discrepância entre os objetivos procurados e os alcançados. (TUCHMAN, 1972, p. 89)

Assim, a conduta jornalística pode ser vista como uma maneira de passar a ideia de que o jornalismo reflete a realidade, quando, na verdade, o que acontece é uma construção do real. De fato, a possibilidade de o jornalismo, ou qualquer discurso que seja, tratar-se de um espelho da realidade pode ser posta em dúvida. O jornalismo enquanto espelho do real trata-se mais de uma utopia ou um modo de transmitir veracidade ao público do que como um fato possível. A própria linguagem, a partir da qual a mensagem jornalística será expressa, não pode ser totalmente objetiva e imparcial.



À parte o papel do jornalismo como mediador do mundo social, a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado ou veracidade supostamente inerente aos acontecimentos. Em parte, isso acontece porque a rotulagem de algo implica a existência de uma avaliação e de um contexto. (HACKET, 1984, p. 107)

Portanto, as regras que exigem do jornalista um comportamento imparcial são favoráveis à dissimulação de toda a ideologia e subjetividade presentes na produção jornalística. Entendendo o jornalismo enquanto discurso lingüístico e, como tal, inadequado à isenção de juízo de valor, não se pode compreender que exista um jornalismo completamente imparcial, a não ser no mundo das ideias.

### **A busca pelo equilíbrio no jornalismo**

Diante disso, afirma-se que não se deve intitular o jornalismo de objetivo, mas antes afirmar que o jornalista precisa sempre correr em busca do equilíbrio na sua produção textual (AMARAL, 1996). De acordo com tal afirmação, o jornalismo deve promover uma cobertura que apresente as diversas partes envolvidas na questão de uma maneira equilibrada, o que significa o intuito de fazer um jornalismo que abranja as diversas partes, mas no qual se admite a possibilidade de o jornalista ter uma opinião formada no que diz respeito ao assunto tratado e mesmo de apresentar a sua opinião no texto. A diferença, desse modo, estaria, principalmente, no fato de que, aqui, o jornalista poderia assumir a sua imparcialidade, embora tivesse que buscar de todas as formas alcançar o equilíbrio na cobertura dos acontecimentos, ou seja, mostrar todos os lados envolvidos nas questões.

O editor-adjunto do Núcleo de Conjuntura do jornal O Povo, Érico Firmo, afirma não acreditar na imparcialidade jornalística.

Eu não gosto do conceito de imparcialidade. Eu acho que o jornal tem que tomar partido nas coisas, ele não tem que tomar partido de partidos políticos. Agora esse posicionamento não pode ser confundido com a questão editorial. Eu trabalho com a ideia de que eu procuro me equilibrar. Você tem que ter uma cobertura que contemple todos os lados e que seja fidedigna às diversas versões, eu acho que isso é uma cobertura equilibrada. (FIRMO, Érico. Depoimento oral, 2008)

Segundo tal tendência, o fazer jornalístico já não é mais tido como possível de apresentar completa isenção, mas antes é incluído o pensamento de que o jornalista



pode ter as suas opiniões pessoais, e que tais opiniões servem para repassar ao público do jornal uma visão mais completa dos acontecimentos. Enfatiza-se, contudo, que o jornalista deve buscar o equilíbrio na sua cobertura, ou seja, mesmo que o jornalista tenha as suas opiniões pessoais, o seu texto vai mostrar todos os lados envolvidos na questão e a sua cobertura mostrará a verdade através de uma visão equilibrada, o que é quase o mesmo que imparcial, do acontecimento. Um conceito, portanto, que ainda apresenta falhas.

Como vemos, a ideia do equilíbrio permanece no pensamento de que o jornalista é capaz de fornecer uma cobertura que alcance as questões de uma forma isenta e sem inclinações de qualquer natureza. Dizer que o jornalista é capaz de fornecer uma cobertura equilibrada dos fatos parece ser o mesmo que afirmar que o jornalista é capaz de ser isento e imparcial, o que é, praticamente, permanecer no mesmo paradigma da objetividade, com a única diferença de que, para aqueles que seguem a tendência do equilíbrio, o jornalista tem a permissão de apresentar a sua opinião no texto.

É preciso que entendamos a natureza do homem e das instituições por ele criadas. Inegavelmente há um certo esforço de isenção e equilíbrio por parte de muitos jornalistas em várias partes do mundo, mas isso evidentemente em um nível que não afete os seus interesses vitais. Pensar que poderia ser de outra maneira não tem a menor coerência. Destaca-se o que interessa, relega-se a plano secundário ou despreza-se o resto. (AMARAL, 1996)

Portanto, a ideia do equilíbrio no jornalismo pode fazer com que a opinião do jornalista não seja encoberta, como se queria com a objetividade. Entretanto, o equilíbrio no jornalismo ainda continua na afirmação obsessiva de que é possível ao jornalista atingir toda a complexidade do real em uma cobertura jornalística. Há que se colocar em dúvida a possibilidade de um jornalismo que escute e destaque todas as opiniões possíveis presentes em determinada cobertura. A realidade é demasiadamente complexa para caber em uma cobertura jornalística.

Desse modo, afirmar que uma cobertura é equilibrada é mais uma forma de esconder a incapacidade do jornalismo de abarcar a realidade em toda a sua profundidade, e enxergar essa impossibilidade como um defeito que deve ser combatido quando, na verdade, é uma característica presente em todos os discursos lingüísticos (quer sejam acadêmicos, jornalísticos, literários, etc.).

## O Gatekeeper e a seleção de notícias a serviço da subjetividade

Diretamente relacionada a esta questão encontra-se a seleção de notícias. Os jornais recebem todos os dias inúmeras pautas, as quais não poderiam, até porque há uma falta de espaço, ser publicadas em sua totalidade. Principalmente por isso é necessário fazer-se uma seleção de quais acontecimentos vão merecer o *status* de notícia e quais acontecimentos serão descartados.

A seleção de notícias é fato extremamente dependente da subjetividade do jornalista. Não há como dar preferência a determinados temas ou acontecimentos sem que se apele para um sentido mais subjetivo e pessoal.

O pesquisador americano David White (1950) acompanhou durante uma semana o trabalho de um jornalista que ele batizou de “Mr. Gates”, editor de um jornal de uma cidade média dos Estados Unidos, e chegou à seguinte conclusão:

Começa a dar sensação (partindo do princípio de que o ‘Mr. Gatekeeper’ é representativo da sua classe) que, na sua posição de *gatekeeper*, o editor do jornal providencia (apesar de poder nunca estar consciente desse fato) para que a comunidade oiça como fato somente aqueles acontecimentos que o jornalista, como representante da sua cultura, acredita serem verdade. Esta é apenas uma análise de caso de um *gatekeeper*, mas que, tal como centenas de *gatekeepers* seus colegas, desempenha um papel muito importante como *gate* final do complexo processo da comunicação. Através do estudo das razões apresentadas para a rejeição de notícias das agências noticiosas, podemos verificar como a comunicação das ‘notícias’ é subjetiva, como tem por base o conjunto de experiências, atitudes e expectativas do *gatekeeper*. (WHITE, 1950, p. 151)

O conceito de *gatekeeper* é utilizado para se referir ao processo de seleção de notícias no jornalismo. No jornal existe uma pessoa ou um grupo que fica responsável pela seleção do que vai “entrar” e do que vai ser “descartado”. Para que se possa definir o que vai ser noticiado, se dá um valor a cada notícia e, assim, se distingue quais são as mais importantes. Essa tarefa é bastante subjetiva.

Érico Firmo, jornalista do O Povo, explica que na seleção das notícias os fatores mais importantes são a abrangência da notícia e a sua factualidade:

A matéria é tão mais importante quanto mais gente ela atingir. Também o factual é prioridade: se a gente tem uma excelente pauta que pode esperar, e a gente tem uma pauta boa, que tem que sair amanhã, se não ela não faz mais sentido, a gente vai priorizar o factual” (FIRMO, Érico. Depoimento oral, 2008)



Érico Firmo, assim, deixa claro que a factualidade e o número de indivíduos atingidos são fatores essenciais para se determinar quais acontecimentos serão tidos como mais ou menos importantes e quais irão ou não ser publicados no jornal O Povo. Há, portanto, a existência do *gatekeeper*.

Quando se fala em seleção de notícias, também se utiliza o termo linha editorial do jornal, que seria um conjunto de regras, explícitas ou não, que definiriam o que seria noticiado e como seria noticiado, deixando o repórter preso e com determinado receio de cobrir certos assuntos, pois sabe que, provavelmente, não serão publicados. A linha editorial diz respeito a uma opinião pertencente à própria empresa jornalística em si, e que pretende estar acima da opinião dos jornalistas que formam o jornal.

Entretanto, não se deve julgar que a linha editorial do jornal impede que os jornalistas exponham as suas próprias opiniões pessoais. O editor do núcleo de Conjuntura do Jornal O Povo, Guálter George, diz que “tem que trabalhar a questão da auto-censura, mas o repórter tem que fazer a parte dele, tem que apurar a informação e, a partir daí, começar um processo de mediação” (GEORGE, Guálter. Depoimento oral, 2008). Ainda em relação ao trabalho do repórter, Érico Firmo diz que o repórter é quem tem maior influência na matéria, pelo fato de ele ter apurado toda a pauta. E complementa: “Uma apuração bem feita facilita uma venda bem feita, facilita o argumento”. Com isso, Érico Firmo pretende afirmar que é possível que o repórter argumente a favor de sua matéria e consiga, assim, ultrapassar a linha editorial do jornal.

O processo de seleção de notícias é algo presente no cotidiano dos jornais. O principal motivo apontado para sua existência é a limitação do espaço, que inviabiliza a divulgação de todas as notícias, mas interesses políticos e econômicos das empresas jornalísticas provavelmente também fazem parte desse processo.

### **A subjetividade como característica do jornalismo**

A objetividade jornalística apresenta-se como uma ferramenta de os jornais classificarem determinado tipo de jornalismo como superior em detrimento de um jornalismo inferiorizado. O discurso da objetividade é uma forma de se dizer que determinado jornalismo, o jornalismo objetivo, é melhor do que outro, o jornalismo subjetivo, quando, na verdade, todo jornalismo é realizado a partir de critérios necessariamente subjetivos. Desde a elaboração textual até a seleção daquilo que vai ou



não virar notícia, o jornalismo está preenchido por critérios pessoais e que em nada condizem com o discurso de objetividade pregado pelas empresas jornalísticas em seus manuais de jornalismo.

O jornalismo não reflete a sociedade porque nenhum discurso é capaz de refletir a realidade. A realidade só existe enquanto ela mesma e não pode ser expressa pelo indivíduo a não ser a partir de determinados pontos de vista pessoais. Assim, não se pode entender como defeito o fato de o jornalismo ser subjetivo e incapaz de tratar-se de um reflexo da realidade, mas antes deve-se considerar que a existência dessa subjetividade torna o jornalismo capaz de apresentar uma visão crítica e elaborada da sociedade, interferindo na construção do real, e esperar que tal interferência seja realizada para a melhoria das relações sociais e o aprofundamento da visão que se tem das problemáticas existentes na sociedade.

Vemos, dessa maneira, que os pressupostos a partir dos quais se formulou a teoria do espelho para o jornalismo possuem inúmeras falhas. Apesar disso, ainda hoje os jornais não se cansam de chamarem para si o direito, e mesmo o dever, de agir em amplo acordo com a teoria do espelho. Neste trabalho tomamos o jornal O Povo como exemplo da persistência deste pensamento no jornalismo contemporâneo, embora tenhamos clareza de que tal pensamento perdura não apenas neste jornal, mas na grande parte das empresas jornalísticas encontradas no nosso meio.

É necessário enxergar-se que existe uma seleção de notícias, e que os critérios para a realização desta seleção são inteiramente centrados na subjetividade, que a organização de um texto, por mais que se queria fazê-lo distante da opinião pessoal de um indivíduo, se guia necessariamente por uma subjetividade. O jornalismo, assim, não é imparcial e jamais poderá sê-lo.

Além disso, diante da complexidade presente nos fatos e acontecimentos contemporâneos, podemos entender que ser objetivo, caso tomemos o conceito de objetividade enquanto algo onde não está presente a explicação, o aprofundamento e as visões de mundo pessoais, pode causar deformidades na expressão da informação. Os fatos sempre serão olhados a partir da visão de alguém, por isso não adianta querer deixar que os fatos falem por si e, por esta razão, deixar de aprofundar as temáticas que os envolvem ou analisá-los à luz de pensamentos subjetivos.

Portanto, o que quisemos analisar aqui foi a persistência de um pensamento superado, o da teoria do espelho, no jornalismo dos nossos dias, e alertar para o fato de que tal pensamento, ao invés de estar trazendo benefícios para a produção jornalística



contemporânea, está, na verdade, causando aberrações e defeitos no jornalismo praticado hoje.

### Referências Bibliográficas

ARBEX JUNIOR, José. **Showrnalismo**: a notícia como espetáculo . 4ª. ed. São Paulo: Casa Amarela, 2005. 290 p.

AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1996. 98p.

ANTUNES, Gibson. **Código de Ética da Empresa Jornalística O POVO**. Fortaleza, 1989. *O Povo Online*. Disponível em < <http://www.opovo.com.br/>> Acesso em 27 de novembro de 2008.

\_\_\_\_\_. **Carta de Princípios do Jornal O POVO**. Fortaleza, 1989. *O Povo Online*. Disponível em < <http://www.opovo.com.br/>> Acesso em 27 de novembro de 2008.

BARROS FILHO, Clovis de; BARTOLOZZI, Pedro Lozano. **Ética na comunicação**: da informação ao receptor . São Paulo: Moderna, 1995. 239p

BERNARDES, Cristiane Brum. A Credibilidade como Estratégia de Identidade em um Jornal Massivo. *Revistas Eletrônicas de Ciências da Comunicação*, Portal Revcom. Disponível em <<http://ojs.portcom.intercom.org.br/>>. Acesso em 27 de novembro de 2008.

FIRMO, Érico. In: depoimento oral colhido no dia 07 de novembro de 2008.

GUÁLTER, George. In: depoimento oral colhido no dia 07 de novembro de 2008.

HACKETT, Robert A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos *media* noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias" /. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

SOARES, Hamistelie Roberta Pinto de Sousa; OLIVEIRA, Jocyelma Santana dos Santos Martins. A construção da notícia em telejornais: valores atribuídos e *Newsmaking*. Publicação do Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em: < <http://www.adaltech.com.br/>> Acesso em 4 de dezembro de 2008.



TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias" /. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias" /. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.

WHITE, David Manning. O *Gatekeeper*: uma análise de caso na seleção de notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias" /. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.